

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Autor (1) Joseane Maria Araújo de Medeiros; Co-autor (1) Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson; Co-autor (2) Daniele Bezerra dos Santos; Orientadora Eleide Gomes Torres
Teixeira Lira

UNIFACEX – Centro Universitário Facex. pedagogia@unifacex.edu.br

Resumo:

Abordaremos um estudo de caso promovendo uma reflexão a respeito da inclusão no ensino regular, tendo como sujeito um aluno com Síndrome de Down que cursa o 8º ano. A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de contribuir no processo de inclusão nos anos finais do ensino fundamental. O aluno, sujeito do nosso estudo, ganhou o pseudônimo de Artur. No projeto contamos com participaram pesquisadoras da área da educação e saúde, permitindo um olhar interdisciplinar no processo de investigação. A escola do município de Natal-RN aderiu voluntariamente à pesquisa, possibilitando a sua realização. Contamos também com a autorização da família, compreendendo a importância de fazermos uma intervenção que pudesse colaborar com seu processo de desenvolvimento e inclusão na escola. Ele tem 16 anos e encontra-se nesta escola há 4 anos, cursando no momento da pesquisa o 8º ano. Os professores em conselho de classe colocaram que não acreditavam na sua capacidade de aprender, apenas de socializar; e por razão, ele deveria ser mantido na turma atual, considerando que estabeleceu bons vínculos afetivos. O atendimento educacional especializado acontece na sala de recursos multifuncionais da sua escola. Nem todos os professores compreendem e aceitam de bom ânimo a inclusão de um aluno que não domina os conteúdos básicos, especialmente quando apresentam limitações para aquisição dos mesmos. É compreensível as resistências iniciais ao saber que há fatores que dificultam acessibilidade atitudinal. Porém, com o estudo de caso foi possível romper estigmas, estabelecer um novo posicionamento para o aluno e promover investimentos na sua formação escolar.

Palavras chaves: Inclusão, Aprendizagem, Síndrome de Down.



Introdução

O estudo de caso que desenvolvemos com um aluno do 8º ano surgiu de uma demanda apresentada pela professora da Sala de Recursos Multifuncionais diante do desafio de favorecer no processo de inclusão dos alunos dos anos finais do ensino fundamental. Nos últimos anos percebe-se no censo escolar o crescente ingresso dos alunos da Educação Especial no ensino regular. Observou-se, em outro estudo, que havia mais apropriação e sensibilidade dos professores polivalentes que lecionam do 1º ao 5º ano, no trato com a inclusão desses alunos. Porém, a realidade do 6º ao 9º ano não tem sido muito favorável a esse processo, considerando a ausência de formação nas licenciaturas para oferecer conhecimento e sensibilização aos professores de área; como também, as condições de trabalho em relação a falta do professor auxiliar de sala.

Os documentos legais se tornam a garantia para insistirmos e assegurarmos o processo de inclusão no ensino regular. Após a década de 90 com base no direito assegurado na LDB 9.394/96 a universalização do ensino se tornou uma realidade no que se refere ao acesso. A luta dos profissionais e familiares resulta da compreensão que a inclusão no ensino regular é importante no desenvolvimento do aluno da educação especial. No referido documento acima temos asseguro fruto desse entendimento, conforme podemos destacar no artigo 58,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996).

As conquistas dos direitos tem permitido que os alunos com deficiência estejam mais inseridos na convivência social e, em condições de aprendizagem diversas na escola. A credibilidade na possibilidade de aprendizagem é de grande importância em todo e qualquer processo de inclusão.

Infelizmente ainda nos deparamos com estigmas na sociedade em relação aos modelos considerados padrões da normalidade. Assim sendo, uma pessoa com deficiência física as vezes é tratada como se não tivesse condições de falar e pensar. O mesmo ocorre com aquele que possui uma deficiência intelectual, geralmente, as



peças descredita na sua condição de aprender, abortando qualquer investimento para desenvolver habilidades e competências.

Em uma sociedade letrada aquele que não apresenta condições de dominar o código escrito torna-se rotulado pela impossibilidade de aprender. Segundo Goffman (1988) o estigma deprecia a pessoa que se mostra distante do padrão de valor concebido pela sociedade.

No caso do aluno em estudo, com diagnóstico de Síndrome de Down, havia um descreditar na fala dos professores. Para romper com o estigma tivemos que desenvolver uma pesquisa com o objetivo de contribuir no seu processo de inclusão escolar, pois se fazia necessário uma mudança de comportamento para acontecer investimentos mais legítimos a sua capacidade de aprender.

Metodologia

A decisão em realizar um estudo de caso partiu da própria vinculação com o objetivo dessa pesquisa. Temos a compreensão que o problema de Artur não é apenas o único existente na escola investigada. Outros casos, com necessidade de inclusão, encontramos na entrevista com os professores e coordenadora. Porém, se fez necessário pelo teor da demanda selecionar um para provocar reflexão sobre as condições de todos os alunos.

Na entrevista também vimos à existência de problemas que envolvem resistência dos professores por desconhecer, pela sobrecarga de turmas sem ajuda de um auxiliar em sala, pelas cobranças em ministrar os conteúdos em ritmo e quantidade que estão distantes da realidade dos alunos da educação especial, principalmente aqueles que possuem deficiência intelectual.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por acreditar que ela “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.152); além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Colaboraram no estudo a coordenadora e os professores das disciplinas do 8º ano com o levantamento dos dados através da entrevista. A professora da Sala de Recursos Multifuncional – SEM - participou diretamente do processo de intervenção através do plano de intervenção, estruturado na segunda etapa da pesquisa, amparada nas questões observadas no aluno e apresentadas na entrevista com os profissionais.



A investigação baseada no Estudo de Caso oferece condição de colaborar com a inclusão do aluno pesquisado e indiretamente aos demais alunos da escola. Conforme Yin (2005, p.381) “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”.

Desse modo, a nossa investigação se caracteriza como um Estudo de Caso, pois “refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular” (TULL, 1976, p 323); como também, “os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas” (YIN, 1989, p.74) e, por se tratar de “um fenômeno que não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre” (BONOMA, 1985, p. 207).

Assim sendo, realizamos todo o processo de investigação no ambiente natural da escola no período de dois semestres. Em uma proposta interdisciplinar no plano de intervenção, envolvemos na terceira etapa da pesquisa alguns professores do aluno na perspectiva de sensibilizá-los favoravelmente a inclusão. Dentre as pesquisadoras ficou a responsabilidade de desenvolver vivências de acolhimento e reflexão, provocando em alguns professores algumas mudanças de posturas mais adequadas a inclusão de todos os alunos. Como neste artigo teremos apenas um recorte da nossa investigação, essa discussão com os professores não terá o destaque, apenas mencionaremos como parte da intervenção para o rompimento de estigmas excludentes.

Resultados e Discussão

Inicialmente discorreremos sobre o aluno Artur, para oferecer uma maior compreensão em relação as suas necessidades e o plano de intervenção que estruturamos. Ele tem o diagnóstico de Síndrome de Down tendo algumas características comuns e condutas adquiridas pelo ambiente social que ele se encontra.

Observamos que ele apresenta uma linguagem precária, fala pouco e às vezes de forma incompreensível. Demonstra bom comportamento social, respeitando os professores e colegas. Em sala de aula ele apresenta dificuldades para assimilar os conhecimentos exposto em sala de aula, demonstrando não acompanhar o conteúdo destinado ao 8º ano. Ele realiza cópia do quadro em forma de rabisco na tentativa de imitar a escrita convencional.

Na escrita observamos que se encontra silábico, identificando as vogais. Não reconhecendo a maioria das consoantes. A função da escrita



ainda não é muito compreendida para ele, precisando que se invista em atividades que contribuam para a sua alfabetização e letramento.

Em matemática a sua aprendizagem não se difere, realiza com pouca segurança até o número vinte, nas operações consegue com a mediação do adulto a adição e subtração, envolvendo pequenas quantidades. Tem dificuldade temporal ao situar-se com os dias da semana, precisando da intervenção do adulto.

Na rotina escolar os professores não conseguem visualizar uma adaptação curricular pelo distanciamento dos conteúdos, principalmente em língua portuguesa e matemática, pela complexidade do currículo do 8º ano; tendo outro complicador a falta do professor auxiliar para ajudar na realização das atividades pedagógicas. Por falta desse profissional em sala dificulta a aproximação do professor com o aluno, uma vez que precisa dá conta das exigências de conteúdo para os demais alunos.

Observamos que na sala de aula há outro aluno que precisa de intervenções específicas, pois possui deficiência intelectual. Este é mais velho, tem 19 anos, mas também enfrenta a mesma situação do Artur com momentos longos e permanentes de vazios sem sentido para ele. Ambos fogem da sala de aula com frequência e ficam dispersos pelos corredores da escola ou procuram a professora da Sala de Recursos Multifuncional/SRM.

A esse respeito Coll (2010, p.211) critica a escola regular que tem se apresentado inadequada a todos os alunos, pois desconsidera a diversidade e as possibilidades de aprendizagem, especialmente daqueles que possuem deficiência intelectual.

O problema está na dificuldade de superar um determinado teto educacional, não totalmente rígido, mas fortemente fixado por sua limitada capacidade [...] que não é tão aparente na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, mas que se torna mais patente à medida que os anos passam e que o aluno ingressa em ciclos/etapas superiores. [...] as dificuldades educativas e as adaptações mudam substancialmente como nível escolar; pouco visível no começo, tornam-se muito mais claras no final do ensino.

Na SRM eles realizam atividades específicas às necessidades deles, tem horário marcado para os atendimentos e não devem sair no seu horário de aula para esse fim. O que torna um complicador para professora pelas insistentes idas e explicações dela, vendo a necessidade de acolhê-los, em alguns momentos, visto que estão sozinhos pelo pátio.

Analisando a situação vimos que não seria possível promover uma mudança de conduta sem antes demonstrar que esses alunos podem



aprender. Tornou-se esse o nosso essencial objetivo do plano de intervenção.

Para realização desse plano sondamos os interesses dos alunos e lançamos a proposta de adaptação curricular, destacando os assuntos motivadores de aprendizagem, pois temos o seu objetivo de desenvolver as habilidades essenciais e promover aprendizagem escolar. Segundo Gonzalez (2002, p.163) “a adaptação curricular é um projeto e uma ação de melhoria, em primeiro lugar, do próprio currículo, mas, indiretamente, das competências dos alunos, dos professores e da escola em sua totalidade”.

Nessa perspectiva, estruturamos o plano de intervenção levantamos três perguntas essenciais: - o que ensinar (definindo objetivos); para que ensinar (função/utilidade) e como ensinar (procedimentos). E aplicamos de forma significativa com Artur através de assuntos de seu interesse. Observamos que ele aprecia atividades que envolvem a arte (pintura, dobradura, desenho). Desenvolvemos o projeto “pintando se aprende” e no processo observamos o crescimento do aluno em vários conteúdos, inclusive na mudança de comportamento dele e de professores.

O ritmo de aprendizagem do aluno não se tornou um problema para aquisição dos conhecimentos que ele demonstrava afinidade. Inicialmente trabalhamos o desenho livre, em seguida o temático e a junção dos dois. Ele tendenciosamente buscava fazer apenas o que já dominava traçar, demonstrando resistência que foram quebradas no processo, oferecendo a ele a sua possibilidade de mudança das imagens.

Na dobradura ele apresentou muita afinidade com a borboleta. Chamou nossa atenção, pois inconscientemente a atração por um inseto que passa por um processo de metamorfose. Ele no início demonstrou dificuldade para seguir a ordem das dobras no papel e conseguir o formato em três dimensões. Insistentemente e voluntariamente fez muitas dobraduras de borboletas, conseguindo com grande habilidade confeccionar o inseto de forma mais perfeita do que a própria professora, havendo um ganho significativo na sua coordenação motora fina e na memória, considerando que aprendeu todo o passo a passo e foi criativo, pois cada borboleta ganhava alguma característica diferente na pintura ou colagem.

Aproveitamos o seu interesse pelo tema borboleta e trabalhamos os conhecimentos das ciências naturais pertinentes a ela, aproveitamos para explorar outros conhecimentos como a escrita, leitura e cálculo de forma interdisciplinar.

A representação que Artur passou a ter diante da turma foi daquele que tem a capacidade de aprender. Acreditar nas possibilidades de aprendizagem do sujeito com

Síndrome de Down é o primeiro passo para se propor a



inclusão escolar; afinal, as limitações não impossibilitam a pessoa de aprender, mas é preciso ter a consciência que o ritmo e o conteúdo requerem ajustes para se tornar acessível e significativo. Por essa razão, retomar as perguntas anteriormente mencionadas, especialmente para que, entendendo que sem sentido não há condições favoráveis para a aprendizagem.

Considerações

No estudo de caso vimos que a forma engessada de trabalho da escola não favorece a inclusão do aluno público da educação especial. O conhecimento do professor sobre o aluno, ou seja, os seus interesses e as suas possibilidades de aprendizagem somam-se também com aqueles que fundamentam e explicam as características da Síndrome de Down. Um conhecimento não anula o outro, mas devem se unir em favor do desenvolvimento do aluno.

Não podemos falar de acessibilidade de conteúdo sem antes promover a sensibilização para se provocar condutas favoráveis. O fato dos professores não acreditarem na condição de aprendizagem do aluno gerou um distanciamento e a falta de investimento por parte dos professores. Os estigmas são frutos do desconhecimento e só são rompidos quando há oportunidades de mudança.

É preciso repensar as formações dos professores de disciplinas do 6º ao 9º ano. No relato deles não houve nas suas licenciaturas o mínimo de conhecimento sobre a inclusão, alguns ainda tocaram na oportunidade de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Vimos que a pesquisa possibilitou uma alteração na postura de alguns professores.

Portanto, reafirmamos que é necessário conhecer, mas reforçamos não ser suficiente para mobilizar ações permanentes de investimentos na inclusão do aluno da educação especial, porque outros aspectos precisam torna-se indispensáveis. A falta de estrutura através do auxiliar de apoio em sala de aula representa um problema, entendendo que não basta planejar é preciso ter um ambiente favorável (recursos humanos e materiais) para promover a inclusão no ensino regular também nos anos finais do ensino fundamental.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.



BONOMA, Thomas V. Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process. Journal of Marketing Research, Vol XXII, May 1985.

COLL, CÉSAR; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação.** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GONZÁLEZ, José Antonio T. **Educação e diversidade:** bases didáticas e organizativas. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TULL, D. S. & HAWKINS, D. I. **Marketing Research, Meaning, Measurement and Method.** Macmillan Publishing Co., Inc., London, 1976.

YIN, Robert K. **Case Study Research:** Design and Methods. Sage Publications Inc., USA, 1989.

